

A fria do gatilho salarial

● maior receio do governo Fernando Henrique Cardoso é de que prosperem, com base no impacto inflacionário da mudança cambial, as propostas de reajuste automático dos salários toda vez que a carestia atingir determinado patamar. É certo que haverá pressão política nessa direção nas próximas semanas. O êxito ou o fracasso das tentativas de reindexação da economia estará fortemente associado ao controle que o Governo puder demonstrar das principais variáveis de política econômica, especialmente sobre a trajetória da desvalorização do real frente ao dólar.

Entretanto, seja qual for o quadro inflacionário, o Governo não escapará da polêmica sobre reposição das perdas salariais. "Sou contra o gatilho salarial, porque ele é um fator de realimentação da inflação", explica o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), que faz uma ressalva: "Acho contudo necessário criarmos instrumentos que assegurem a revalorização dos salários corroídos pela inflação". A posição de Temer parece próxima às do presidente da

Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, que promete uma luta sem tréguas por reajustes, e distante do ex-presidente da Força Sindical e agora deputado federal pelo PFL de São Paulo, Antônio Medeiros. Pragmático, o ex-dirigente da Força acha que a prioridade é garantir a estabilidade do valor da moeda, numa linguagem muito próxima a do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, para quem o mal maior para os trabalhadores é a volta da indexação da economia.

No cenário de curto prazo, Medeiros prevê uma batalha duríssima para bloquear no Congresso a coalizão que ele acha que será formada para reavivar os mecanismos de indexação de preços e salários e conseqüentemente de realimentação inflacionária. "A reindexação da economia representará o fim do Plano Real", adverte ele, contrariando aqueles que imaginavam vê-lo se batendo por projetos que criam reajustes automáticos dos salários. A luta contra a reindexação será "muito difícil", prevê Medeiros, porque a

volta da inflação interessa a numerosos dirigentes trabalhistas, que financiam as suas máquinas sindicais negociando acordos de reposição ou provocando dissídios na Justiça.

O deputado acredita, porém, que o período de estabilidade de preços e salários proporcionado pelo Plano Real nos últimos quatro anos aumentou nas classes populares a percepção da estabilidade monetária como um valor a ser preservado: "Se puder optar, a escolha do trabalhador será sempre pela estabilidade. Ele sabe que atrás do reajuste vêm os aumentos gerais de preços e com isso mais inflação, restabelecendo-se o ciclo perverso que tanto sofrimento causou aos pobres no passado. As pessoas às vezes subestimam os trabalhadores e acham que eles não sabem que a estabilidade preserva o emprego e que só ela é capaz de produzir o desenvolvimento econômico saudável e sustentado", diz Medeiros.

Embora admita que mesmo entre os sindicatos e dirigentes filiados à Força Sindical a defesa da reindexação seja tão forte quanto na CUT, o de-

putado acredita que há espaço e apoio da opinião pública para que se organize no Congresso uma aliança contrária à corrente inflacionista. Mas esse espaço se espreme, observa, entre duas condições políticas indispensáveis: a crise precisa ser contida nos seus atuais limites e o pico inflacionário produzido pela mudança cambial não pode ser muito alto.

Em um contexto de inflação elevada, Medeiros acha que a bandeira anti-indexação tenderá a perder força. Seja qual for a inflação futura, contudo, ele prevê a formação de três frentes principais em busca da recomposição salarial: no setor político, com base em projetos demagógicos propondo mecanismos de reajustes automáticos; nos meios sindicais, com base em acordos coletivos com empresas ou grupos de empresas dos setores menos impactados pela crise cambial; e na frente judicial, com base nas ações de todo tipo a serem apresentadas às diferentes instâncias da Justiça Trabalhista.

E-mail:
ariosto@agestado.com.br